

Eleições 2022

Legislativo

Partidos fazem leilão por candidatos a deputado federal competitivos

Escolha de nomes para compor as chapas ignora afinidade com programas partidários e ideologias; candidatos com potencial negociam seus passes por até R\$ 1 milhão

VINÍCIUS VALFRE
JULIA AFFONSO
BRASÍLIA

A busca dos partidos por candidatos a deputado federal passa longe da afinidade ideológica ou programática. Dirigentes das siglas nos Estados fazem leilão para atrair nomes com bom potencial e oferecem até dinheiro. O valor do "passê" pode chegar a R\$ 1 milhão, fora o que será destinado à campanha. Mesmo candidatos sem chance de vencer, mas com alguma capacidade de atrair votos, estão na mira das legendas. Se antes os partidos podiam se coligar e a soma de todos os votos dados ao grupo ajudava a conquistar uma vaga na Câmara, a partir desta eleição a sigla só poderá contar com seus próprios candidatos. Assim, os votos dos que não ganham a eleição são fundamentais para as "estrelas" da chapa conseguirem uma cadeira de deputado federal.

Durante sete meses, o Estadão conversou com dirigentes partidários, deputados, suplentes, advogados, procuradores eleitorais e cientistas políticos e colheu evidências de um mercado de compra de candidaturas. No diagnóstico de especialistas, esse vale-tudo na busca por chapas competitivas corrói a importância das siglas, dificulta coalizões e faz a representação política ser pautada por interesses privados.

Presidente do PMN em Minas Gerais, Agnaldo Oliveira admite que negociações são comuns e envolvem dinheiro, além do Fundo Partidário: "O cara não tem expressão, tem 25 mil votos, não ganha eleição em vender nenhum. E diz 'querem vender esses votos'. Vou para o seu partido, quanto voce me dá de dinheiro?".

Esse tipo de candidato é conhecido como "escadinha": aquele que entra na disputa só para empurrar as estrelas do partido para cima, para alcançarem na soma final os votos necessários e se elegerem.

O advogado Marcus Alves, que atua na recriação da velha UDN, partido conservador pré-ditadura militar, tem experiência nesse mercado e afirma que as ofertas não se restringem a recursos do fundo eleitoral, verbal legal para finan-



Os recursos públicos do Fundo Partidário são distribuídos na proporção das bancadas eleitas à Câmara

Para lembrar O que fazem os deputados federais?

• Uma recente pesquisa mostrou que 55% dos eleitores não sabem o que faz um deputado federal. E dois em cada três afirmaram não se lembrar em quem votaram no último pleito. Mas afinal, o que faz um deputado? São duas as principais atribuições: legislar e fiscalizar o Poder Executivo. Compete aos deputados e senadores discutir e votar o Orçamento da União, assim como fiscalizar a aplicação adequada dos recursos públicos. O deputado pode propor novas leis e sugerir a alteração ou revogação das já existentes. Também é atribuição exclusiva dos deputados instaurar processo de impeachment do presidente da República e vice.

FONTE: AGENCIA CÂMARA

ciamento das campanhas. "Hoje o candidato virou uma pedra preciosa. O cara que teve uma votação boa está cobrando para entrar no partido."

Ele conta que conversou com um candidato que teve 90 mil votos para federal em SP e negociou com três siglas. Uma ofereceu R\$ 600 mil, outra R\$ 800 mil. Ele quer R\$ 1 milhão. "Os candidatos que tiveram

muitos votos estão se valorizando. Quem teve 80 mil votos vale ouro. Pede dinheiro para colocar no bolso, fora o fundo eleitoral. Isso é no Brasil todo", afirmou Marcus Alves.

Na disputa de 2018 no Distrito Federal (DF), o advogado Paulo Fernando Melo obteve 31 mil votos, distante da média de 73 mil que os eleitos conquistaram. O resultado, porém, tornou o neófito um "candidato" muito cortejado para 2022. Quatro partidos disputaram seu passê: PP, PTB, PL e Republicanos. Ele admite que recebeu oferta de dinheiro, mas diz que, no seu caso, são "recursos para campanha".

"Sempre oferecem. Não é caixa 2, não. É dentro do fundo (eleitoral), para aqueles 45 dias de campanha. Isso aí é normal oferecer. Uns oferecem menos, outros mais. O dinheiro por si só não elege, né? Já vi muitos candidatos gastarem milhões e não ganharem", contou o pré-candidato, que decidiu fechar com o Republicanos.

PEREGRINAÇÃO. Dirigente do Avante no Amapá, Adail Barriga foi do Oiapoque ao Javari em busca de candidatos. Percorreu principalmente igrejas evangélicas e centros comunitários porque nesses espaços existem possíveis candidatos, com potencial de voto mensurável. Todo esforço é para conquistar apenas uma das oito cadeiras a que o Amapá tem direi-

to na Câmara dos Deputados. "Nossa estratégia é essa, para montar uma nominata à altura e em condições de fazer um federal e uma bancada de estaduais. Não adianta a gente colocar aquelas pessoas que serviam de laranja, para complementação de uma chapa. Não vai ser mais viável nesta eleição. Temos que colocar pessoas que tenham potencial de voto", afirmou.

"Os candidatos que tiveram muitos votos pedem dinheiro para colocar no bolso. Isso é no Brasil todo."

Marcus Alves
Advogado

Barriga também vai lançar um candidato ao Senado. A escolha do nome não tem relação alguma com o programa do partido. Como o principal concorrente à vaga é o senador Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), ex-presidente do Congresso, ele buscou um evangélico para se contrapor. Alcolumbre ganhou a rejeição de parte dos religiosos ao segurar a indicação do pastor André Mendonça ao Supremo Tribunal Federal (STF). "Qual é a jogada? Eu peguei um evangélico e joguei para o Senado. Estou jogando ele na frente para dar abertura para os meus candidatos (a deputado federal) entrarem na igreja", explicou.

CATÁSTROFE. O cientista político Fernando Pignaton, representante brasileiro da Associação Internacional para Pesquisa e Intervenção Social (Aifris), com sede na França, diz que a seleção de candidatos e a lógica partidária são catastróficas para o País. "A reforma política não tratou da qualidade da vida partidária. Os partidos não ganharam relevância e não têm um projeto de desenvolvimento nacional que aglutine. A falta de uma cultura partidária sangra a capacidade de o País se desenvolver, de tocar grandes projetos", afirmou.

Ainda na avaliação de Pignaton, o cenário beneficia não somente "caciques" partidários: "Esse vale-tudo na composição das chapas não muda a qualidade do debate e da representação política. E, sem partidos fortes, a negociação vai continuar deputado a deputado. Não facilita uma coalizão".

Oferecer dinheiro para que um candidato entre no partido não é ilegal, desde que a fonte não seja o Fundo Partidário, o fundo eleitoral ou caixa dois. Procuradores do Ministério Público Eleitoral admitem que crimes ocorrem nessa fase das eleições. Entretanto, passam muito abaixo do radar dos investigadores, focados nas principais campanhas ao Executivo.

A corrida para deputado federal é a mais importante para as siglas. A cada quatro anos, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) define quanto elas têm direito a receber de Fundo Partidário com base na quantidade de deputados federais eleitos. Somados os últimos 4 anos, o valor chegou a R\$ 3,8 bilhões. O União Brasil, legenda que nasceu do casamento do DEM com o PSL, já recebeu R\$ 66,8 milhões do fundo entre janeiro e maio deste ano, maior valor entre os partidos. Juntos, eles emplacaram 81 deputados na disputa de 2018.

A conta é simples. Quem elege mais deputados federais terá uma fatia maior. Os 5% restantes são divididos igualmente por todos os partidos. Como mostrou o Estadão, o fundo bilionário financia luxos pessoais de políticos, como viagens de jatinho, e despesas gerais das siglas. Não à toa a eleição de 2018 teve um número recorde de candidatos: 8.067 para as 513 vagas. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 6